PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2025

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ANTA-MG, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, E A ABRASEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES – REGIONAL SERRAS DE MINAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ANTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **18.134.056/0001-02**, com sede na **Rua Antônio Moreira Barros, nº 101 – Centro – SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal **Vicente Patrício de Souza Júnior**, portador do CPF nº 037.397.076-58, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e de outro lado a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, denominada **ABRASEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES – REGIONAL SERRAS DE MINAS**, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 26.631.456/0001-00, com sede na Rua Benjamin Araújo, 316 (2º andar), Bairro Centro, Viçosa/MG, CEP 36.570-037, neste ato representada por seu Presidente Regional, **Vinícius do Carmo Gomes**, portador da CI nº MG14444960 e do CPF sob o nº 089.288.986-17, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, firmam o presente Acordo de Cooperação, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, em conformidade com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a formalização de parceria, em regime de mútua cooperação, entre o **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ANTA** e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do Plano de Trabalho anexo, que integra o presente instrumento.

1.2. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto incentivar e prestigiar a cultura gastronômica, e oferecer apoio específico às atividades desenvolvidas na festa do cavalo, feiras culturais e outros eventos do DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, com serviços de alimentação para o público e entretenimento de atrações artísticas locais, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado anexo.

1.3. Os partícipes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e aprovado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, parte integrante deste instrumento e já juntado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

2.1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** nomeia como gestor do presente Acordo de Cooperação, nomeado pela Portaria nº 048/2025, o Sr. **Ana Bárbara Martiniano Salgado**, portadora do RG nº 17.908.020 e CPF nº 134.775.546-20.

2.2. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** nomeará suplente ao gestor do presente Termo, por ato oficial do Poder Executivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do presente instrumento.

2.3. Na hipótese de o gestor da parceria ou seu suplente deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, a Administração Pública designará novo gestor ou suplente, assumindo, enquanto isso não ocorrer, e se necessário pelo objeto assumido, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

3.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Publicar o extrato deste instrumento;
- b) Manter, em seu sítio oficial na internet, as informações da parceria celebrada e o Plano de Trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- c) Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referentes à parceria à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**;
- d) Designar o gestor da parceria e seu suplente, por ato oficial publicado nos meios oficiais do Município;
- e) Supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto do presente Acordo;
- f) Analisar as prestações de contas da O.S.C.;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste instrumento.

3.2 – OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO GESTOR DA PARCERIA

- a) O servidor público nomeado como Gestor representará a Secretaria, na interlocução com a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tendo como obrigações:
 - I. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Acordo de Cooperação e do respectivo Plano de Trabalho aprovado;
 - II. Informar à sua chefia imediata sobre qualquer hipótese de inexecução da parceria;
 - III. Notificar a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, no caso de verificadas irregularidades em até 5 (cinco) dias úteis, para sanar ou justificar o ocorrido, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;
 - IV. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submeter à Comissão de Avaliação e Monitoramento para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas eventualmente devida pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**;
 - V. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, submetendo-o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

ao Departamento de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico de SÃO MIGUEL DO ANTA-MG para manifestação conclusiva sobre a execução;

VI. Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Acordo de Cooperação, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como das fiscalizações, visitas in loco, entrevistas com beneficiários e verificação do cumprimento das metas previstas;

VII. Instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Acordo de Cooperação, com vistas à alteração, monitoramento e avaliação da execução, bem como prestação de contas;

VIII. Custodiar o processo administrativo que originou a inexigibilidade;

IX. Apreciar e rever tecnicamente possíveis informes, comunicando à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL eventuais alterações relevantes no seu conteúdo.

3.3 – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Acordo de Cooperação;

b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

c) Permitir e livre acesso dos agentes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este Acordo de Cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Acordo de Cooperação, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou pela execução da execução;

f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, os documentos que comprovem a execução da prestação de contas integral, os documentos originais que subsidiaram a respectiva prestação de contas;

g) Divulgar este termo em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que seus serviços ocorram, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

h) Não praticar desvio de finalidade na execução do Plano de Trabalho, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos projetos, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações, ou demais atos praticados na execução da parceria que exijam medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho anexo, mediante a contratação do profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
- j) Prestar informações mensais à Administração Pública de **SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**, sempre que requisitadas, sobre as atividades executadas;
- k) Prestar informações aos municípios e à Administração Pública, sempre que solicitado;
- l) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Acordo de Cooperação todas as metas quantitativas e atendimentos mensais, de acordo com o Plano de Trabalho;
- m) Manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como em sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- n) Comunicar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA-MG** todas as alterações estatutárias que forem responsáveis pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, assim como alterações em seu Estatuto;
- o) Não praticar cobrança de ingressos ou qualquer tipo de restrição que impeça o acesso livre e gratuito da população aos eventos objeto da parceria.

3.4 - Obrigações adicionais da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – ABRASEL:

A ABRASEL deverá zelar integralmente pelo cumprimento de todas as normas legais, regulamentares e administrativas relativas às atividades que estiver responsável no âmbito do presente Acordo de Cooperação, especialmente:

- a) Assumir total responsabilidade pela comercialização e fornecimento de bebidas durante os eventos, devendo observar as restrições previstas em legislação federal, estadual e municipal, inclusive no que tange à vedação ao fornecimento a menores de idade, à propaganda de bebidas alcoólicas e ao cumprimento das normas sanitárias;
- b) Atender às determinações e orientações dos órgãos de fiscalização ambiental, do Conselho Tutelar e da Vigilância Sanitária, bem como assegurar a adequação das instalações e procedimentos às normas de segurança, higiene e salubridade exigidas para a atividade de alimentação fora do lar;
- c) Garantir que todos os expositores, comerciantes ou entidades a ela vinculados durante os eventos promovidos atuem conforme a legislação aplicável, responsabilizando-se integralmente por danos, infrações ou omissões decorrentes da atuação dos mesmos;
- d) Manter controle e fiscalização interna eficaz quanto ao cumprimento de todas as obrigações legais relativas à execução de suas atividades durante os eventos culturais e gastronômicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

objeto da parceria, inclusive as obrigações trabalhistas e fiscais dos prestadores de serviço por ela contratados.

3.4.1. O Sr. Vinícius do Carmo Gomes, número de telefone 31-9 8507-3333, Presidente da Abrasel, será o responsável na interlocução com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

3.5. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO:

- a) Processar e julgar chamamentos públicos, constituída por portaria;
- b) Analisar tecnicamente os documentos juntados pelas Organizações da Sociedade Civil para fins de celebração de termos por dispensa de chamamento público;
- c) Instruir os processos para a celebração de parcerias entre o Município de **SÃO MIGUEL DO ANTA-MG** e Organizações da Sociedade Civil com todos os documentos necessários para a realização da referida parceria.

3.6 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- a) Monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil mediante Acordo de Cooperação, constituída pela **Portaria nº 48/2025**, do Município de **SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**;
- b) Realizar todas as ações dispostas na Lei nº 13.019/2014, concernentes à referida Comissão;
- c) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado da data útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

3.7 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONSELHO DE POLÍTICA PÚBLICA

- a) Atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas;

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

4.1. A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos públicos, deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade.

4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e o pessoal que a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** utilizar para a realização dos trabalhos ou das atividades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá prestar contas semestralmente, de forma integral, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência deste Acordo de Cooperação, segundo a Lei nº 13.019/2014, e com os critérios e indicações exigidos pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.

5.2. A prestação de contas poderá ocorrer por meio físico, permitindo a sua visualização por qualquer interessado, conforme previsto no art. 81-A da Lei nº 13.019/2014, admitida ampla publicidade e transparência da execução do objeto.

5.3. Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários.

5.4. Nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execução do objeto ou diante de suspeita circunstanciada de irregularidades, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** será notificada para apresentar o relatório de execução, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – relação das atividades realizadas para a execução do objeto, em observância ao plano de trabalho;

II – memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

III – cópias simples das notas e contratos celebrados, com data, documento, valor, dados da O.S.C. e do fornecedor, descrição do produto ou serviço;

IV – justificativas das despesas realizadas, fazendo constar os fatores de custo.

5.5. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA** analisará a prestação de contas final em até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento da prestação pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**.

CLÁUSULA SEXTA– DA AVALIAÇÃO E DELIBERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS EVENTOS

6.1. O Município De SÃO MIGUEL DO ANTA-MG, por meio do Departamento de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico, deliberará previamente, a cada evento a ser realizado no âmbito do presente Acordo de Cooperação, sobre a conveniência e a adequação dos valores envolvidos, conforme a dimensão, complexidade e expectativa de público prevista para cada festividade, feira ou manifestação cultural.

6.2. Caberá à Administração Pública Municipal, com base no princípio da oportunidade e conveniência, realizar avaliação técnica e administrativa prévia quanto ao custo-benefício da parceria, podendo, a qualquer tempo e sem que disso decorra qualquer direito à continuidade da execução pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, optar por promover procedimento licitatório para a contratação do objeto previsto neste Acordo, caso se evidencie, mediante estudo motivado, que tal medida resulta em maior vantagem, eficiência ou economicidade para o interesse público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

6.3. A eventual decisão pela não execução do objeto pactuado para determinado evento, ou pela substituição do modelo de parceria por procedimento licitatório, será formalmente motivada nos autos do processo administrativo próprio, não gerando à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL direito à indenização, continuidade ou renovação automática da parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste instrumento será da data de assinatura do presente termo até 12 (doze) meses após a assinatura, podendo ser prorrogado, incluídas eventuais alterações, nas seguintes hipóteses:

a) por solicitação da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA**, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, mediante Termo Aditivo;

7.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea “a” do subitem 7.1, é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES

8.1. Fica ainda proibida à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**:

a) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo do Município de **SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**, ou que incorram em quaisquer vedações dispostas na Lei nº 13.019/2014;

b) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA** poderá aplicar as seguintes penalidades à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, pelo não cumprimento do presente instrumento:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Parágrafo Único. Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentadas e deverão ser garantidos à **ORGANIZAÇÃO** o direito à ampla defesa e ao contraditório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

9.2. Nos casos de descumprimento do presente termo deverão ser apurados os respectivos prejuízos causados ao Município de **SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**.

9.3. Havendo constatação de prejuízo para a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA**, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá ressarcir o valor, sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e do impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

9.4. Passado o prazo de 2 (dois) anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1. O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes de sua vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para publicidade dessa intenção e com formal comunicação à outra parte.

10.2. Constitui motivo para rescisão do presente Acordo de Cooperação:

I – o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA** a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

II – quando a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** não sanar as irregularidades apontadas pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA** ao longo da vigência deste Termo;

III – pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que tornem a parceria formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1. Este Acordo de Cooperação poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, apresentada pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com aprovação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA**, por meio de termo aditivo.

11.2. Os casos dispostos no item anterior serão submetidos à apreciação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO MIGUEL DO ANTA** e à aprovação do Gestor deste instrumento, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. O extrato do presente Acordo de Cooperação será publicado no meio oficial do Município de **SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de **Viçosa/MG**, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 e demais legislações pertinentes.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SÃO MIGUEL DO ANTA-MG, 08 de agosto de 2025.

Vicente Patrício de Souza Júnior
Prefeito Municipal de São Miguel do Anta-MG

Vianey de Souza
Secretário Municipal de Governo

Ana Bárbara Martiniano Salgado
Departamento de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico

Vinícius dos Carmo Gomes
**Presidente Regional – ABRASEL Regional Serra de Minas
Organização da Sociedade Civil**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

O presente plano de trabalho contempla todas as contrapartidas ofertadas pela ABRASEL em favor do Município de São Miguel do Anta, referentes ao presente Acordo de Cooperação Técnica.

a) Para eventos classificados como de grande porte, a ABRASEL se compromete com uma contrapartida no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), considerando três dias de evento. Esse valor será destinado à cobertura de custos essenciais para a realização do evento, incluindo:

- Pagamento de cachê de atrações;
- Contratação de equipe de marketing e cobertura completo do evento (design, mídias, redes sociais e divulgação);
- Instalações elétrica e fornecimento de mão de obra especializada para plantão elétrico durante o evento;
- Reformas ou aquisições de infraestrutura necessárias para o Parque de Exposições, conforme demanda acordada com o Município;
- Itens complementares propostos pelo Município, mediante aprovação prévia.

A utilização deste valor será detalhadamente registrado, e uma prestação de contas completa será realizada após cada evento, incluindo notas fiscais, recibos e relatório técnico de execução.

b) Eventos de Pequeno Porte

Nos eventos de menor escala, a ABRASEL oferecerá uma atração artística local de pequeno porte de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) definida em comum acordo com a Secretaria Municipal.

c) Benefícios permanentes oferecidos pela ABRASEL ao Município de São Miguel do Anta.

Além das contrapartidas para eventos, a ABRASEL se compromete a promover ações contínuas que fortaleçam o setor de alimentação fora do lar no município, tais como:

- Disponibilização de cursos, treinamentos e oficinas voltadas à capacitação de empreendedores, colaboradores e manutenção do setor gastronômico local;
- Acesso ao programa de benefícios da ABRASEL, incluindo: Taxas diferenciadas em máquinas de cartão de crédito e débito;
- Condições especiais para aquisição de insumos e equipamentos;
- Apoio em ações de marketing digital e posicionamento de marca;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CNPJ: 18.133.926/0001-10 – Estado de Minas Gerais

Rua São José, nº 730 – Centro – São Miguel do Anta – CEP: 36.590-000 – Tel.: 31-3897-1221

- Inclusão no grupo de WhatsApp da entidade, onde circulam informações estratégicas, oportunidades, avisos de cursos e eventos, além de apoio técnico em gestão e legislação do setor;
- Promoção dos estabelecimentos locais nas redes sociais da ABRASEL e em campanhas regionais de fomento ao turismo gastronômico